



**GEDES**  
Grupo de Estudos de  
Defesa  
e Segurança Internacional

## OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

**INFORME BRASIL Nº 17/2018**  
Período: 26/05/2018 – 01/06/2018

**GEDES – UNESP**

- 1- Atuação das Forças Armadas na greve dos caminhoneiros
- 2- Pedidos por intervenção militar durante greve dos caminhoneiros: opiniões
- 3- Presidente do Supremo Tribunal Federal mostrou preocupação pelas manifestações pró intervenção militar
- 4- Forças Armadas devem pedir aumento no orçamento de 2018
- 5- Morreu jornalista que denunciou morte de Vladimir Herzog durante governo militar
- 6- Ex-ministro da Marinha comentou o emprego das Forças Armadas em missões de Garantia da Lei e da Ordem

### 1- Atuação das Forças Armadas na greve dos caminhoneiros

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o presidente da República, Michel Temer, editou um decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), que concedeu poder de polícia às Forças Armadas e autorizou sua atuação em todo o território nacional. A medida, que deve vigorar entre os dias 25/05/18 e 04/06/18, tem o objetivo desobstruir as rodovias interditadas pela greve dos caminhoneiros e garantir o abastecimento de serviços críticos para a população. Conforme o *Correio*, o Exército disponibilizou para o comando da operação mais de 100 mil militares. As Forças Armadas atuaram em 11 bases de distribuição para assegurar o abastecimento, enviando militares do Exército, Marinha e Aeronáutica para desobstruir rodovias. De acordo com os periódicos, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, chancelou o uso da força contra os atos relacionados ao protesto dos caminhoneiros, além da remoção dos caminhões e a aplicação de multas para as entidades envolvidas e motoristas. Segundo o ministro da Defesa, general Joaquim Silva e Luna, o objetivo da ação é garantir o direito de locomoção da população, e não confrontar os manifestantes. Segundo o professor e consultor em segurança pública, George Felipe Dantas, “a convocação das forças federais representa uma resposta do governo diante da situação de calamidade”, porém a medida não solucionará o problema. De acordo com a advogada e conselheira do Instituto Pro Bono, Eloísa Machado de Almeida, a liminar concedida por Moraes confronta jurisprudência do STF e o direito à manifestação dos caminhoneiros, além de abrir um “perigoso precedente de presença e emprego das Forças Armadas indiscriminadamente”. Segundo *O Estado*, o uso das Forças Armadas para desobstruir as rodovias pode levar a uma desmoralização da instituição militar, além de gerar uma insatisfação “difusa, horizontal”, entre as tropas que são acionadas para manter

a ordem. De acordo com *O Estado*, essa é a segunda situação, no período de seis meses, em que os militares são colocados no centro de uma crise, sendo a primeira a intervenção na segurança pública do estado do Rio de Janeiro. Militares, sob condição de anonimato, declararam que "não é nosso papel [resolver o problema com os caminhoneiros]", afirmando ainda que se o governo tivesse agido com antecedência, a situação atual poderia ter sido evitada. Segundo o jornal, muitos caminhoneiros receberam os soldados, acionados para liberar as rodovias, com palmas e contingência. Conforme o periódico, muitos dos caminhoneiros apoiam uma "intervenção militar". Segundo *O Estado*, pelas mensagens trocadas em redes sociais, muitos caminhoneiros viam a intervenção militar como uma solução para os problemas e muitos esperavam que após sete dias de greve os militares tomassem o poder. De acordo com *O Estado*, a possibilidade de intervenção não é cogitada pelo alto escalão das Forças Armadas. Segundo a *Folha*, uma ação realizada pelo Exército para dispersar os caminhoneiros contou com a participação de cerca de 600 militares, munidos com fuzis e metralhadoras. Os militares chegaram em jipes, caminhões e viaturas leves, além de contarem com apoio de helicópteros. A *Folha* também informou que os militares atuaram em pelo menos seis estados: São Paulo, Paraná, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e Paraíba. De acordo com a *Folha*, não houve confronto entre militares e motoristas durante a ação. Segundo o periódico, o decreto do presidente da República para atuação das Forças Armadas na desobstrução das rodovias não agradou à cúpula militar, e o posterior pedido para que não ocorressem ações mais firmes e abordagens diretas a caminhoneiros confirmou que "o alcance e o anúncio da convocação foram impróprios e serviram apenas para expor as tropas". O *Correio* afirmou que o último bloqueio nas rodovias do estado do Ceará, localizado na região do Tabuleiro do Norte, foi desfeito por tropas do Exército no dia 31/05/18. O periódico também informou que, desde a convocação dos militares pelo governo, o comandante do Exército, general Eduardo Villas Boas, tem usado as redes sociais para ganhar a empatia da população, uma vez que o movimento no qual os militares deveriam intervir era apoiado por parte da população e o general esperava que a imagem da instituição não fosse afetada. Segundo a *Folha*, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Sérgio Etchegoyen, ressaltou que quem apoiou a greve tem "cota de responsabilidade" no financiamento de sua solução, e que haverá impacto nos contribuintes. A declaração foi feita após reunião de monitoramento, no dia 31/05/18, entre o presidente Temer, o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, o ministro interino da Defesa, Joaquim Silva e Luna, o ministro do Transportes, Valter Casimiro, e a Advogada-Geral da União (AGU), Grace Mendonça. À ocasião, os ministros afirmaram não haver mais bloqueios e informaram que o abastecimento estava sendo retomado. O almirante Sobrinho ressaltou que o problema de abastecimento nos postos deve-se a uma priorização do restabelecimento do querosene de aviação e do óleo diesel. O ministro Marun, por sua vez, declarou ainda não ser possível confirmar o fim da mobilização. (*Correio Braziliense – Política – 26/05/18; Correio Braziliense – Política – 31/05/18; Correio Braziliense – Política – 01/06/18; Folha de S. Paulo – Mercado – 26/05/18; Folha de S. Paulo – Mercado – 31/05/18; Folha de S. Paulo – Poder – 31/05/18; Folha de S. Paulo – Mercado – 01/06/18; O Estado de S. Paulo – Economia – 26/05/18; O Estado de S. Paulo – Economia –*

27/05/18; O Estado de S. Paulo – Economia – 28/05/18; O Estado de S. Paulo – Poder – 26/05/18; O Estado de S. Paulo – Economia – 30/05/18; O Estado de S. Paulo – Economia – 31/05/18)

## 2- Pedidos por intervenção militar durante greve dos caminhoneiros: opiniões

Em coluna opinativa para o jornal *Folha de S. Paulo*, o jornalista Bruno Boghossian afirmou que a mutação do movimento dos caminhoneiros, que suscitou pedidos de intervenção militar, demonstra uma insatisfação generalizada com a política do país. Segundo o jornalista, integrantes das Forças Armadas descartaram rupturas institucionais, porém afirmaram que a instabilidade pode continuar até o final das eleições e que outras corporações e categorias profissionais podem repetir os protestos. Em entrevista à *Folha*, o deputado e concorrente à Presidência da República, Jair Messias Bolsonaro, afirmou que o pedido por intervenção militar é “desespero” e afirmou que, na sua opinião e na de seus amigos generais, “se [o governo militar] tiver de voltar um dia, que volte pelo voto”. Em coluna opinativa para a *Folha*, o jornalista Janio de Freitas criticou os “apelos à derrubada da democracia” e afirmou que os pedidos por intervenção militar não deveriam receber a exposição que lhes foi dada, uma vez que a Constituição proíbe pretensões contra a democracia, sendo os manifestantes a favor da ditadura sujeitos a investigação e processo. Os professores da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo Conrado Hübner Mendes e Rafael Mafei Rabelo afirmaram, em coluna para a *Folha*, que não há intervenção militar constitucional e ressaltaram que, segundo a Constituição, o poder político emana do povo e deve ser exercido por representantes eleitos. Os acadêmicos ressaltaram o papel das Forças Armadas na defesa nacional e na garantia dos poderes constitucionais, funcionando sempre sob “autoridade suprema” do presidente da República e agindo “por iniciativa” dos poderes civis. Mendes e Rabelo concluíram que “mesmo nas mais agudas crises sociais, as entidades militares são subordinadas à liderança civil” e apontaram que “o projeto de sacrificar a democracia do presente para garantir a democracia do futuro não tem nenhum amparo na Constituição e não pode acabar bem”. Em entrevista à *Folha*, o general da reserva Augusto Heleno afirmou haver semelhanças entre os pedidos de intervenção militar atuais e o período que antecedeu a tomada de poder pelos militares em 1964, porém destacou que “há uma outra geração de militares, formada pela geração que viveu o período militar e colocou na cabeça dos atuais generais que esse não era o caminho”. Heleno afirmou que os oficiais e generais da ativa afastam a possibilidade de intervenção. Para *O Estado de S. Paulo*, o colunista Luís Fernando Verissimo afirmou que os pedidos pela volta dos militares são baseados em uma nostalgia da farsa que caracterizou ter sido o regime militar, e não por um “projeto realista”. Em coluna opinativa ao *O Estado*, a jornalista Eliane Catanhêde afirmou que, apesar da insatisfação generalizada, mesmo nos meios militares, não há lideranças dispostas a apoiar uma intervenção militar. A jornalista ressaltou a posição contrária do comandante do Exército, general Eduardo Villas Boas, do ministro interino da Defesa, general Silva e Luna, do chefe do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas, almirante Ademar Sobrinho, e do chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Sérgio Etchegoyen, à ideia de intervenção militar. O general Silva e Luna e o almirante Ademar Sobrinho afirmaram que as Forças Armadas trabalham reforçando a democracia e seguindo as diretrizes da Constituição. Segundo Catanhêde, “num

país traumatizado pela longa história de ingerências militares na política e uma ditadura que deixou vítimas e ódio, as Forças Armadas assumiram elas próprias a missão de rechaçar a ideia de golpe”. (Correio Braziliense – Política – 31/05/18; Folha de S. Paulo – Opinião – 29/05/18; Folha de S. Paulo – Poder – 29/05/18; Folha de S. Paulo – Opinião – 30/05/2018; Folha de S. Paulo – Poder – 30/05/18; Folha de S. Paulo – Poder – 31/05/18; O Estado de S. Paulo – Economia – 30/05/18; O Estado de S. Paulo – Caderno 2 – 31/05/18; O Estado de S. Paulo – Política – 01/06/18)

### 3- Presidente do Supremo Tribunal Federal mostrou preocupação pelas manifestações pró intervenção militar

Segundo os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, expressou, no dia 30/05/18, preocupação frente aos pedidos de intervenção militar que ocorreram durante a greve dos caminhoneiros. A paralisação, que começou no dia 21/05/18, contou com manifestantes pedindo por intervenção militar, os quais tiveram apoio em atos de rua e na internet. Segundo os jornais, Cármen Lúcia declarou que a democracia passa por crises, mas que “não está em questão”, sendo “o único caminho legítimo”. Segundo a ministra, as dificuldades devem ser enfrentadas com a racionalidade das instituições e união dos cidadãos. De acordo com *O Estado*, ao comentar o governo militar (1985-1964), Cármen Lúcia disse que “regime sem direitos são passados de que não se pode esquecer, nem que se queira lembrar”. Segundo a *Folha*, o pedido por intervenção militar durante a greve não foi bem recebido por militares da reserva considerados militaristas, como Jair Bolsonaro, presidente do Partido Social Cristão (PSC), e Hamilton Mourão. A *Folha* ressaltou que, conforme a Constituição Federal de 1988, as Forças Armadas estão “sob autoridade suprema do presidente da República”. Segundo o periódico, o ex-presidente do STF, Ayres Britto, convergiu com essa visão ao afirmar que a função das Forças Armadas consiste em “defesa da pátria, garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem” e ao destacar que “nenhuma dessas funções admite o uso da força militar contra autoridades do Executivo para destituí-la”. (Correio Braziliense – Política – 31/05/18; Folha de S. Paulo – Poder – 30/05/18; Folha de S. Paulo – Mercado – 31/05/18; O Estado de S. Paulo – Política – 31/05/18)

### 4- Forças Armadas devem pedir aumento no orçamento de 2018

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, as Forças Armadas devem pedir um aumento de 80 milhões de reais no orçamento do ano de 2018. De acordo com o jornal, o pedido se deve às diversas convocações para atuar sob decretos de Garantia da Lei da Ordem (GLO), como na intervenção federal no estado do Rio de Janeiro, entre outras missões que oneram o orçamento. O periódico também informou que o Ministério da Defesa já havia destinado 113 milhões de reais para essas ações. (O Estado de S. Paulo – Economia – 31/05/18)

### 5- Morreu jornalista que denunciou morte de Vladimir Herzog durante regime militar

Segundo os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, Audálio Dantas, um dos jornalistas que denunciou o regime militar (1964-1985) pela tortura e morte do também jornalista Vladimir Herzog nas instalações

do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), morreu no dia 30/05/18, na cidade de São Paulo. Segundo a *Folha*, Dantas era conhecido por atuar na defesa de direitos durante o regime militar e recebeu, em 1981, o Prêmio de Defesa dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas. (Correio Braziliense – Brasil – 31/05/18; Folha de S. Paulo – Poder – 31/05/18; O Estado de S. Paulo – Política – 31/05/18)

#### 6- Ex-ministro da Marinha comentou o emprego das Forças Armadas em missões de Garantia da Lei e da Ordem

Em coluna de opinião ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o ex-ministro da Marinha durante o governo do presidente da República Fernando Collor de Mello, almirante-de-esquadra Mário César Flores, comentou o uso das Forças Armadas brasileiras em missões de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Para o almirante, ainda que constitucional, a atuação frequente de militares em operações de GLO faz com que haja um desvio da “função militar básica”. Segundo Flores, “no Brasil de propensão cultural pacifista e hoje tumultuado por graves problemas internos de criminalidade, violência e desordem, aumenta no povo a indiferença (já grande) pela defesa nacional e a ideia da desimportância das Forças Armadas, ao menos para essa finalidade”. Tal indiferença faz com que seja questionado o emprego de recursos em submarinos, aviões, carros de combate modernos e defesa antiaérea, por exemplo, quando os problemas enfrentados pelo país são “a criminalidade, a violência e a desordem epidêmicas”. Em resposta a tais questionamentos, Flores apontou que, embora não se possa menosprezar a GLO, enfatizá-la acima da defesa nacional seria irresponsável, pois “a dinâmica da História não assegura perpetuidade à segurança sentida hoje [...] e Forças Armadas modernas não se constroem de um dia para o outro, seu preparo é caro, convindo estendê-lo criteriosamente no tempo”. O almirante defendeu a contenção da presença militar na garantia da lei e da ordem “nos limites da imprescindibilidade temporária”, sendo necessário que os governos estaduais “preparem seus sistemas policiais em coerência com a realidade”, de forma que interveniências militares como forma de “paliativo transitório” não sejam necessárias. (O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 29/05/18)

#### **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

#### **Equipe:**

Bruce Scheidl Campos (Supervisor, mestre em Relações Internacionais); Bruna Carolina da Silva Souto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Supervisor, doutorando em Relações Internacionais); Gabriela Fideles Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Giulia

Botossi Gomes (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Gustavo Henrique Gonçalves Ferreira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Dias de Paula (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Molina Ferreto (Redator, graduando em Relações Internacionais); Natália Rodrigues Germano (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Solano Pereira d'Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais).